



## Interpelação Escrita

Após o retorno de Macau à Pátria, e à medida que muitos casinos iam sucessivamente sendo construídos no Cotai, o Governo da RAEM qualificou em 2006 o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, como um dos mais importantes postos fronteiriços do território, em vez de ter apenas natureza acessória, e iniciou a respectiva obra de ampliação. A data da sua conclusão estava prevista para meados de 2013 e, nos primeiros seis meses do ano seguinte, iria entrar em funcionamento. No entanto, os serviços competentes referiram, em Maio de 2013, que a obra só podia estar concluída no segundo semestre desse ano. Contudo, em Junho deste ano, as autoridades afirmaram que a referida obra tinha de ser prolongada, devido a razões ligadas ao construtor e ao tempo, e só podia ser concluída no fim de 2014<sup>1</sup>. Mas, segundo a imprensa, o auto-silo junto do terminal, o qual já está aberto ao público, padece de infiltração de água no tecto e, mesmo não estando concluída a obra do terminal, isso levanta a nossa preocupação com a qualidade da mesma.

Com efeito, o Governo afirma que os serviços públicos estabeleceram um mecanismo de avaliação das obras públicas e que também têm procedido à contratação de empresas de consultadoria e fiscalização, para prestarem serviços no decurso da execução das obras, responsabilizando-se, em conjunto com as restantes empresas, pela respectiva fiscalização. Por outro

---

<sup>1</sup> A obra do alargamento do Terminal Marítimo de Pac On vai ser prolongada para o fim do ano, 25 de Junho de 2014, Jornal do Cidadão.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

lado, o Governo também contratou uma entidade para ser responsável pelo controlo de qualidade e proceder à apreciação, fiscalização, vistoria e recepção dos materiais de construção. No que se refere à entidade fiscalizadora, a Administração exige rigorosamente o seu âmbito de fiscalização e os seus pormenores<sup>2</sup>. Mas, na realidade, verificam-se em Macau muitos problemas subsistentes nas obras públicas, tais como, a má qualidade e o prolongamento dos trabalhos de construção. Citemos o exemplo da Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau: logo após a sua inauguração, apareceram infiltrações de água e depressões; quanto ao Terminal das Portas do Cerco, o sistema de ventilação é mau e continua sem melhorar; a Casa de Vidro da Praça do Tap Seac também tem problemas de infiltração e está abandonada desde a sua inauguração, ou seja, há sete anos; e as habitações públicas também não ficam excluídas dos referidos defeitos. Embora nestas apareçam problemas relacionados com a qualidade e a segurança, nunca se exige aos respectivos dirigentes, construtores e entidades fiscalizadoras que assumam as suas responsabilidades, o que já é alvo de críticas constantes da população.

Por outro lado, é frequente a situação do aumento do custo previsto nas obras públicas e o montante é sempre impressionante, por exemplo: a obra da Ponte-Cais do Pac On – o custo previsto era de 580 milhões e foi elevado para 3,2 mil milhões, com um aumento de cerca de 460%, e a sociedade até se preocupa com o seu custo final, ou seja, poderá ser superior a 3,2 mil milhões. Com efeito, na proposta a apresentar no concurso para obras públicas, a empresa adjudicatária tem de especificar o custo previsto da obra e o

---

<sup>2</sup> Resposta à interpelação escrita do dia 31 de Maio de 2013.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

respectivo projecto e, se os cumprisse efectivamente, não deveria ser possível exceder tanto o custo previsto. Além disso, um dos critérios que o Governo adopta para avaliar as empresas concorrentes é o preço razoável da obra<sup>3</sup>. Caso uma obra seja adjudicada a uma empresa, o preço proposto tem de ser razoável, então, porque é que, afinal, ainda o ultrapassa?

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. A qualidade de muitas obras públicas é má, sendo que os trabalhos sempre se prolongam para além do prazo previsto, situações essas que são constantes. O mecanismo de fiscalização sobre a obra afirmado pelo Governo não surte nenhuns efeitos. Os residentes questionam porque é nunca se exige que os respectivos dirigentes, construtores e entidades fiscalizadoras assumam as devidas responsabilidades. Quanto a todos estes problemas, o Governo, para além de aperfeiçoar o referido mecanismo de fiscalização, vai adoptar algumas medidas para elevar a qualidade das obras públicas e assegurar que estas possam ser concluídas dentro do prazo previsto?
2. Quanto à ultrapassagem do custo orçamentado para obras públicas, os residentes estão com dúvidas: se um dos critérios que o Governo adopta para avaliar as empresas concorrentes é o preço razoável da obra, nesse caso, para esta ser adjudicada, o preço apresentado pela empresa tem de

---

<sup>3</sup> “Empreitada de Construção de Habitação Pública na Estrada Nordeste da Taipa”, “Empreitada de Habitação Pública na Rua Central de Tóí San” - Preço razoável como factor de ponderação nos critérios de apreciação de proposta é 60%; “Empreitada de construção do esgoto residual da estrada Baía de Nossa Senhora da Esperança”, “Empreitada de remodelação das instalações do G.D.I.”, “Construção do Segmento do Cotai 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro - C360” - Preço razoável como factor de ponderação nos critérios de apreciação de proposta é 55%; veja-se o *website* do GIT e do GDI.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

ser razoável. Então, porque é que, afinal, ainda o ultrapassa? Será que a empresa adjudicatária propôs um preço que não era razoável? Ou o Governo não dispõe de um bom mecanismo de fiscalização para apurar o custo orçamentado da obra, de modo que é sempre necessário aumentar o mesmo? De que medidas o Governo dispõe para resolver o problema?

3. No que concerne às referidas questões das obras públicas, os residentes criticam-nas muito e não estão a par dos respectivos motivos. Assim, de que medidas o Governo dispõe para aumentar a transparência da realização de obras públicas? Vai o Governo exigir aos serviços competentes que esclareçam as dúvidas sobre a qualidade das obras, motivos do prolongamento da sua realização e aumento dos custos orçamentados, para evitar que os residentes possam pensar em desperdício de verbas públicas?

24 de Outubro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ho Ion Sang